



Número: **0800644-75.2019.8.15.0251**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **7ª Vara Mista de Patos**

Última distribuição : **13/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|----------------------------|
| RIVELINO ALVES DE LIMA (AUTOR) | | DANIELE GALDINO GONCALVES (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 19185318 | 13/02/2019 10:40 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 19185436 | 13/02/2019 10:40 | Petição Inicial DPVAT | Informações Prestadas |
| 19185448 | 13/02/2019 10:40 | Procuração | Procuração |
| 19185455 | 13/02/2019 10:40 | Documentos pessoais | Documento de Identificação |
| 19185463 | 13/02/2019 10:40 | Declaração de Isenção de Imposto de Renda | Documento de Comprovação |
| 19185476 | 13/02/2019 10:40 | Declaração de Residência | Outros Documentos |
| 19185485 | 13/02/2019 10:40 | Comprovante de residencia | Outros Documentos |
| 19185504 | 13/02/2019 10:40 | Botetim de Ocorrência | Outros Documentos |
| 19185519 | 13/02/2019 10:40 | Prontuário Médico | Outros Documentos |
| 19185536 | 13/02/2019 10:40 | Laudo Médico | Outros Documentos |
| 19185556 | 13/02/2019 10:40 | Ocorrência do trânsito | Outros Documentos |
| 19185565 | 13/02/2019 10:40 | Ocorrência do trânsito 02 | Outros Documentos |
| 19185575 | 13/02/2019 10:40 | Ocorrência do trânsito 03 | Outros Documentos |
| 19185584 | 13/02/2019 10:40 | Ocorrência do trânsito 04 | Outros Documentos |
| 19185606 | 13/02/2019 10:40 | Ocorrência do trânsito 05 | Outros Documentos |
| 19185631 | 13/02/2019 10:40 | documento do veículo | Outros Documentos |
| 19185645 | 13/02/2019 10:40 | Comprovante do Sinistro | Outros Documentos |
| 21793597 | 11/06/2019 11:51 | Despacho | Despacho |
| 22835673 | 19/07/2019 08:29 | Expediente | Expediente |

| | | | |
|--------------|------------------|---|-----------------------|
| 23774 526 | 23/08/2019 09:20 | Ato Ordinatório | Ato Ordinatório |
| 23774 842 | 23/08/2019 09:29 | Expediente | Expediente |
| 24584 129 | 20/09/2019 00:12 | Informações Prestadas | Informações Prestadas |
| 24584 793 | 20/09/2019 00:12 | Conta de Agua Rivelino | Outros Documentos |
| 24585 005 | 20/09/2019 00:12 | Conta de Energia Rivelino | Outros Documentos |
| 24585 007 | 20/09/2019 00:12 | Contrato de Aluguel Rivelino 01 | Outros Documentos |
| 24585 012 | 20/09/2019 00:12 | Contrato de Aluguel Rivelino 02 | Outros Documentos |
| 24585 017 | 20/09/2019 00:12 | CTPS Rivelino 02 | Outros Documentos |
| 24585 020 | 20/09/2019 00:12 | CTPS Rivelino | Outros Documentos |
| 24585 024 | 20/09/2019 00:12 | Emprestimo Rivelino | Outros Documentos |
| 24585 026 | 20/09/2019 00:12 | Recibo dos Medicamentos | Outros Documentos |
| 35886 850 | 26/10/2020 20:43 | Despacho | Despacho |
| 35944 497 | 27/10/2020 08:58 | Carta | Carta |

Petição em PDF!



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE PATOS- PARAÍBA.

RIVELINO ALVES DE LIMA, brasileiro, solteiro, portador do documento RG de nº 4.378. 549 e CPF de nº 201.964.808-33, residente e domiciliado na Rua Padre Anchieta, n 1357, Bairro Maternidade, Cidade de Patos-PB, CEP 58.700-000, Estado da Paraíba, por sua advogada *in fine* assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº. 6.194/74 com as alterações trazidas pela Lei nº. 11.482/07 c/c o art. 319 do NCPC/2015, propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na pessoa de seu responsável, com endereço na RUA SENADOR DANTAS Nº 74, 5ºANDAR - CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ, CEP. 20031205- Fone: (021) 3861-4600 - FAX: 2240-9073, com endereço eletrônico www.seguradoralider.com.br, devendo ser regularmente citada para responder aos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

PRELIMINARMENTE:

DA GRATUIDADE PROCESSUAL:

O(a) promovente em face da impossibilidade de arcar com custas e gastos processuais vem requerer a **CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA.**

Determina a lei nº 1.060/50, que fará jus ao referido benefício àquele que não possuir condições financeiras suficientes para arcar com os gastos inerentes ao processo sem causar prejuízos ao seu sustento e da sua família.

Os custos e as demais despesas processuais latentes ao processo não podem ser suportados pelo promovente, sem, contudo, causar-lhe prejuízos e dificuldades na sua manutenção e sobrevivência.

A lei nº 1.060/50 é considerada medida especial, criada com o derradeiro fim de possibilitar que todos possam ter acesso efetivo ao Poder Judiciário, efetivando o comando constitucional descrito no artigo no artigo 5º, XXXV da Carta Magna.

Outrossim, tal ato normativo condiciona a concessão do respectivo benefício a simples Declaração subscrita pelo próprio beneficiário da impossibilidade de

Rua Alaíde de Medeiros, SN, Bairro Monte Castelo
Patos-PB
gambarraleandroadv@gmail.com

GM

VSFL



suportar o acúmulo das despesas processuais com aquelas despendidas em seu sustento.

Por isso, requer o autor, que seja concedido o pedido de **JUSTIÇA GRATUITA**, uma vez que carece de recursos que possibilitem cumular os gastos processuais com o seu sustento, como declarado no documento em anexo.

DOS FATOS

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte Autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **30/01/2018**, o que lhe causou, **PERDA FUNCIONAL COMPLETA DE UM DOS MEMBROS INFERIORES, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES**, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a parte Autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, sinistro registrado sob o nº **3180298666** não obtendo pagamento, restando à parte autora o direito à **R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**

Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois esta documentalmente provada a lesão sofrida e a sua extensão. Outrossim, **o pagamento administrativo vale confissão tácita dos fatos e do direito** do requerente face ao Seguro, relevante assim o **nexo causal do conflito**.

DO DIREITO

DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - em caso de morte ou **invalidez permanente**; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).*

(...)

Rua Alaíde de Medeiros, SN, Bairro Monte Castelo
Patos-PB
gambarraleandroadv@gmail.com

GM

VSFL



Art.. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora
(...)

Dessa forma, **restando comprovado o acidente de trânsito e as sequelas oriundas deste, faz jus a parte autora** ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei 6.194/74 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e dano**

Rua Alaíde de Medeiros, SN, Bairro Monte Castelo
Patos-PB
gambarraleandroadv@gmail.com

GM

VSFL



decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 320 CPC devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA QUE PERMEIA A EMPRESA-RÉ:

Conforme determina a lei nº 6.194/74 com as suas modificações dadas pela nova Lei nº. 11.482/07, o pagamento do DPVAT poderá ser efetuado junto a quaisquer umas das seguradoras que façam parte do Consórcio das Seguradoras, coordenada pela FENASEG, instituída pela Resolução 1/75 do CNPS.

Desse modo tem-se que a promovida figura neste rol de empresas, e assim possui legitimidade para figurar no rol de devedoras. Outro não é o entendimento exarado por nossos Tribunais, *in verbis*:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE AUTOMÓVEIS – DPVAT – As seguradoras privadas, integrantes do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e revigorado pela Lei nº 8.441/92, são responsáveis não só pelas indenizações por morte e invalidez permanente, como pelas despesas médico-hospitalares em caso de ferimento das vítimas, não estando desobrigadas de indenização nesses casos por efeito dos artigos 7º e 27 das Leis nºs. 7.604/87 e 8.212/91, respectivamente.

A destinação à seguridade social por efeito dessas leis, parte dos prêmios dos seguros obrigatórios, tem em vista apenas o custeio da assistência médico-hospitalar em estabelecimentos mantidos ou conveniados com a previdência social, dispensada esta, assim, do ônus de cobrar-se de tais despesas caso a caso das seguradoras, cobertos que são seus dispêndios da espécie com a aludida participação de uma parcela dos prêmios.

Direito do segurado ou seu sub-rogado de cobrar-se de tais gastos de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio. Falta de impugnação específica dos custos de cada atendimento, torna-os presumidamente corretos (CPC, art. 302) Apelo desprovido. (TJSC – AC 47.951 – 4º C. Civil – Rel. Des. João José Schaefer – DJSC 05.04.95)

IN: CD-Ron júris síntese. – Destaque nosso -

Ademais, veja-se o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA. FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVÂNCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina,

Rua Alaíde de Medeiros, SN, Bairro Monte Castelo
Patos-PB
gambarraleandroadv@gmail.com

GM

VSFL



defeso trona-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão n° 2.115/01, proferido nos autos do Recurso n° 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01) – Destaque nosso –

Ocorre que, as seguradoras exploradoras do seguro DPVAT, embora a existência de todo o amplo acervo de determinações constantes em lei, tendem a dificultar o pagamento e o resgate dos referidos valores, ao passo que o direito líquido e certo dos segurados encontram barreiras mantidas pela ampla estrutura e logística que envolvem tais empresas.

Pois bem, Excelência, a Promovente junta a presente demanda, toda a documentação exigida pela nossa legislação processual e demais documentos que comprovam a ocorrência do sinistro e sua posição legítima na relação, entretanto adstrito a facilidade que dispõe a lei procura a parte ré dificultar o pagamento e o adimplemento do seu dever de órgão segurador.

Assim, a liquidação do dito Seguro Obrigatório nas vias administrativas, referente ao exercício do acidente, tendem a ser procrastinado através do uso de invólucros e regras que afastam o sentido garantidor e célere presente na *legis*, restando o Poder Judiciário como único meio para a reivindicação e o adimplemento dos ditos valores possam efetivamente serem realizados.

Por tudo isso, vem a promovente, a este Douto Juízo a fim de ver adimplido o seu pleito, demonstrando ser pessoa legítima a figurar na relação que aqui se inicia, além de igualmente comprovar ser a parte ré, legítima devedora, de modo que todos os elementos que vislumbram a quitação do Seguro DPVAT, restaram todos comprovados restando assim o seu adimplemento como medida que se mostra legítima e extremamente necessária.

DOS PEDIDOS:

EX POSITIS, requer a total procedência da presente ação para condenar a empresa demandada no pagamento de **R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, à título de Seguro Obrigatório-DPVAT, compreendendo o teto legalmente estabelecido, haja vista não serem proporcionais à invalidez resultante do sinistro.

Requer também, caso julgue necessário, a designação da perícia médica para a fim de investigar a existência da invalidez permanente, bem como, a gravidade da lesão sofrida pela autora em cotejo com a tabela constante no anexo incluído pela Lei nº. 11.945/2009.

Que seja apresentado por parte da Seguradora demandada, cópia integral do processo administrativo na íntegra, sob pena de cominação de multa diária.

Rua Alaíde de Medeiros, SN, Bairro Monte Castelo
Patos-PB
gambarraleandroadv@gmail.com

GM

VSFL



E, ainda, a aplicação de juros e correção monetária, a partir do evento danoso, ou seja, **30/01/2018**, bem como, a condenação da demandada no pagamento dos honorários advocatícios na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor da esperada condenação.

REQUERIMENTOS FINAIS

A parte autora requer que lhe sejam concedidos os benefícios da gratuidade da justiça, diante da sua manifesta insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais, os honorários advocatícios e periciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, motivo pelo qual tais despesas merecem ser dispensadas nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC (Lei nº. 13.105/2015) e da Lei nº. 1.060/50.

Por mera liberalidade, o autor opta pela realização da audiência de conciliação ou de mediação, não se opondo à composição amigável da presente lide, nos termos do art. 319, inc.º VII do NCPC, requerendo desde já a citação da empresa ré para comparecer na data e hora designadas e, não havendo auto composição, apresente sua contestação no prazo legalmente determinado sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e necessários, notadamente, através de novos documentos, além do depoimento pessoal das partes, perícia técnica e outros mais que vierem a surgir e que, desde já, ficam requeridos.

Dá-se à causa R\$ 7.087,50 (Sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Patos, 11/02/2019.

Daniele Galdino Gonçalves
OAB/PB 20.816

QUESITOS DA PARTE AUTORA:

1. A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?
2. Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?
3. Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)?
4. Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)?
5. Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?

Rua Alaíde de Medeiros, SN, Bairro Monte Castelo
Patos-PB
gambarraleandroadv@gmail.com

GM

VSFL



6. A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?
7. Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido.

Rua Alaíde de Medeiros, SN, Bairro Monte Castelo
Patos-PB
gambarraleandroadv@gmail.com

GM

VSFL



PROCURAÇÃO

"AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE(S): RIVENINO ALVES DE LIMA, BRASILEIRO, SOLTEIRO,
PROSANTADO, PORTADOR DO RG 4.378.549 SSP/PB, E DO CPF
201.964.808-33, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA PE
ANCHIETA, 1357, PATOS - PB, CEP 58.704-030.

OUTORGADOS: **DANIELE GALDINO GONÇALVES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 20.816, portadora do CPF nº 055.798.014-32, com escritório profissional localizado à Rua Rui Barbosa, 21, 1º Andar – Sala 103, Ed. Milindra II, Centro, Patos-PB, onde recebem intimações de estilo (art. 39 do CPC).

PODERES: O(s) **OUTORGANTE(S)** confere(m) aos **OUTORGADOS** amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 105 do Código de Processo Civil, e **poderes especiais** para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber qualquer valor e dar quitação, **inclusive alvarás**, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, bem como junto às justiças **Federal, Estadual e Trabalhista do Brasil, podendo requerer junto ao INSS** todo e qualquer documento, como se presente fosse, e órgãos da administração pública direta e indireta, bem como instituições bancárias, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

DECLARAÇÃO: O(a)(s) outorgantes(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar com as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060 de 1950.

Patos 12 de fevereiro de 2019.

Rivenino Alves de Lima

OUTORGANTE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.378.549 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/11/2015

NOME
RIVELINO ALVES DE LIMA

FILIAÇÃO
JOÃO INACIO DE LIMA
GERALDA ALVES PEREIRA DE LIMA

NATURALIDADE PATOS-PB DATA DE NASCIMENTO 06/06/1970

DOC ORIGEM
CERT. CAS. Nº21651 - LIV.B-64 - FLS.200 - CARTORIO PATOS-PB

CPF
201.964.808-33

João Pessoa - PB

Assinado eletronicamente por: DANIELE GALDINO GONCALVES - 13/02/2019 10:37:22

Original emitido em 29/08/83

Min. Civil e Criminal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO L-239

Assinado eletronicamente por: DANIELE GALDINO GONCALVES - 13/02/2019 10:37:22

Original emitido em 29/08/83

Min. Civil e Criminal

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Sistema Único de Saúde

RIVELINO ALVES DE LIMA

Data Nasc.: 06/06/1970 Sexo: M

708 0063 2550 3023

DISQUE SAÚDE 136

Este cartão é de uso pessoal e intransferível. Em caso de roubo ou perda, comunicar ao Disque-Saúde.

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

SUS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.378.549 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/11/2015

NOME
RIVELINO ALVES DE LIMA

FILIAÇÃO
JOÃO INACIO DE LIMA
GERALDA ALVES PEREIRA DE LIMA

NATURALIDADE PATOS-PB DATA DE NASCIMENTO 06/06/1970

DOC ORIGEM
CERT. CAS. Nº21651 - LIV.B-64 - FLS.200 - CARTORIO PATOS-PB

CPF
201.964.808-33

João Pessoa - PB

Assinado eletronicamente por: DANIELE GALDINO GONCALVES - 13/02/2019 10:37:22

Original emitido em 29/08/83

Min. Civil e Criminal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO L-239

Assinado eletronicamente por: DANIELE GALDINO GONCALVES - 13/02/2019 10:37:22

Original emitido em 29/08/83

Min. Civil e Criminal

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cartão Nacional de Saúde

SUS

Cartão do usuário



DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, LIVELINO ALVES DE LIMA, brasileiro(a), portador(a) da carteira de identidade n.º 4.372.549, inscrito(a) no CPF sob n.º 201.904.808-33, declaro(a) ser isento(a) da apresentação da Declaração do imposto de renda junto à Receita Federal, ano base 2018, exercício 2019, na forma estabelecida pela legislação.

Declaro(a) ainda, estar ciente de que em caso de ser comprovado(a) a falsidade desta declaração, sujeitar-se-á às sanções civis, administrativas e criminais previstas em lei.

Patos, 12/02/2019.

x Livellino Alves de Lima
NOME:



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(Lei Nº. 7.115/83)

EU: ZIVENNO AVELS DE LIMA BRASILEIRO,
Brasileiro, SOLTEIRO, natural de PATOS - PB, nascido
aos 06/06/1970, filho de JOÃO INÁCIO DE LIMA,
e GERALDA AVELS PEREIRA DE LIMA,
portador do RG 4.378.549, CPF nº
201.964.808-33

DECLARO conforme artigo 1º. da Lei 7115/83 que resido no
seguinte endereço:

RUA PADRE ANCHIETA 1357, MATERNIDADE, PATOS-PB,
CEP. 58.701-030.

DECLARO ainda ser conhecedor das sanções
civis, administrativas e criminais a que estou sujeito, caso o quanto
aqui declaro não porte estritamente a verdade.

Patos / PB, 12 de fevereiro de 2019

Zivenno Avels de Lima

DECLARANTE



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

*Documento eletrônico assinado
Assinado eletronicamente por: DANIELE GALDINO GONCALVES - 13/02/2019 10:37:23
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19021310314814700000018669081

Nº 003.777.191



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
R. 250 - Km 25 - Centro Rodante - João Pessoa/PB - CEP 50875-000
CNPJ 08.025.183/0001-40 - Insc. Est. 18.215.823-0

DADOS DO CLIENTE

MARINA PEREIRA DE OLIVEIRA
RUA DE ANDRIETA 1357
PATOS

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/129070-9

| REFERÊNCIA | APRESENTAÇÃO | CONSUMO | VENCIMENTO | TOTAL A PAGAR |
|------------|--------------|---------|------------|---------------|
| JUN/2018 | 12/06/2018 | 83 | 19/06/2018 | R\$ 41,26 |



MARINA PEREIRA DE OLIVEIRA

Rotelro: 05-118-535-6969

8361900000-6 41260054900-6 01290702018-8 06600118019-0

| VENCIMENTO | TOTAL A PAGAR | MATRÍCULA |
|------------|---------------|------------------|
| 19/06/2018 | R\$ 41,26 | 129070-2018-08-0 |



28 JUN. 2018





BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 4539/2018

Aos **VINTE E TRÊS (23) dias** do mês de **OUTUBRO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO (2018)**, nesta cidade de Patos/PB, no Cartório desta Delegacia de Polícia, sob a responsabilidade do Excelentíssimo Senhor Delegado da Polícia Civil, **MANOEL MARTINS FERNANDES**, Delegado (a) de Polícia Civil, comigo Escrivão de Polícia Ad-Hoc, ao final assinado. Aí, por volta das 09h23min compareceu: **RIVELINO ALVES DE LIMA**, brasileiro (a), Aposentado, com 48 anos, data de nascimento 06/06/1970, RG: 4.378.549 SSDS/PB, CPF: 201.964.808 33, natural de Patos - PB, filho (a) de João Inácio de Lima e de Geralda Alves Pereira de Lima, residente na Rua Padre Anchieta, nº 1357, bairro Maternidade, Patos/PB, Fone: (83) 9.98384101, A fim de prestar a seguinte queixa:

=====

QUE, o (a) notificante afirma que no dia (30/01/18) por volta 09h30min estava conduzindo um ciclomotor CICLOMOTOR/L13154, PLACA: QFR 5464/PB, CHASSI: LHJXCBLA3EB402547, RENAVAL: 01126344297, ANO 2014/14, COR VERMELHA, licenciada em seu nome; Que quando estava trafegando na Avenida Solon de Lucena, (de frente ao banco do Nordeste), um outro veículo que estava a sua frente parou de forma brusca, surpreendendo o notificante que estava logo atrás com seu ciclomotor; Que o notificante diz que não teve como evitar a colisão na traseira do veículo e com o impacto veio a cair ao chão; Que após a queda o notificante se dirigiu para a sua residência; Que no dia seguinte (31/01/18) começou a sentir fortes dores no tornozelo direito e diante da situação se dirigiu para o HRP da cidade de Patos/PB; Que no HRP foi diagnosticada fraturas no tornozelo direito.

=====

Nada mais havendo a constar, encerro a presente certidão que, lida e achada conforme, vai devidamente datada e assinada por mim. Eu, escrivão de Polícia, que o digitei. O referido é verdade. Dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: Declaro assumir inteira responsabilidade civil e criminal, referente ao Registro da Ocorrência supra que deu origem a presente Certidão. **(Artigo 299, do C.P.B. - Falsidade Ideológica - Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos.**

Notificante: _____

Patos/PB, 23 de Outubro de 2018.

Hermando Barbosa Rodrigues
Policial Civil
Mat.: 168.548-1



01 - ELETIVO

02 - URGÊNCIA

03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

05 - OUTROS LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO-INDICAÇÃO

DIAGNÓSTICO

INDICAR O CID-10

ENCAMINHAMENTO

RESIDÊNCIA

INTERVINDO

1- 04 08 05 0 2 1 7

2- 1 1 1 1 1 1 1

3- 1 1 1 1 1 1 1

4- 1 1 1 1 1 1 1

5- 1 1 1 1 1 1 1

6- 1 1 1 1 1 1 1

7- 1 1 1 1 1 1 1

8- 1 1 1 1 1 1 1

9- 1 1 1 1 1 1 1

10- 1 1 1 1 1 1 1

11- 1 1 1 1 1 1 1

12- 1 1 1 1 1 1 1

13- 1 1 1 1 1 1 1

14- 1 1 1 1 1 1 1

15- 1 1 1 1 1 1 1

16- 1 1 1 1 1 1 1

17- 1 1 1 1 1 1 1

18- 1 1 1 1 1 1 1

19- 1 1 1 1 1 1 1

20- 1 1 1 1 1 1 1

21- 1 1 1 1 1 1 1

22- 1 1 1 1 1 1 1

23- 1 1 1 1 1 1 1

24- 1 1 1 1 1 1 1

25- 1 1 1 1 1 1 1

26- 1 1 1 1 1 1 1

27- 1 1 1 1 1 1 1

28- 1 1 1 1 1 1 1

29- 1 1 1 1 1 1 1

30- 1 1 1 1 1 1 1

31- 1 1 1 1 1 1 1

32- 1 1 1 1 1 1 1

33- 1 1 1 1 1 1 1

34- 1 1 1 1 1 1 1

35- 1 1 1 1 1 1 1

36- 1 1 1 1 1 1 1

37- 1 1 1 1 1 1 1

38- 1 1 1 1 1 1 1

39- 1 1 1 1 1 1 1

40- 1 1 1 1 1 1 1

41- 1 1 1 1 1 1 1

42- 1 1 1 1 1 1 1

43- 1 1 1 1 1 1 1

44- 1 1 1 1 1 1 1

45- 1 1 1 1 1 1 1

46- 1 1 1 1 1 1 1

47- 1 1 1 1 1 1 1

48- 1 1 1 1 1 1 1

49- 1 1 1 1 1 1 1

50- 1 1 1 1 1 1 1

51- 1 1 1 1 1 1 1

52- 1 1 1 1 1 1 1

53- 1 1 1 1 1 1 1

54- 1 1 1 1 1 1 1

55- 1 1 1 1 1 1 1

56- 1 1 1 1 1 1 1

57- 1 1 1 1 1 1 1

58- 1 1 1 1 1 1 1

59- 1 1 1 1 1 1 1

60- 1 1 1 1 1 1 1

61- 1 1 1 1 1 1 1

62- 1 1 1 1 1 1 1

63- 1 1 1 1 1 1 1

64- 1 1 1 1 1 1 1

65- 1 1 1 1 1 1 1

66- 1 1 1 1 1 1 1

67- 1 1 1 1 1 1 1

68- 1 1 1 1 1 1 1

69- 1 1 1 1 1 1 1

70- 1 1 1 1 1 1 1

71- 1 1 1 1 1 1 1

72- 1 1 1 1 1 1 1

73- 1 1 1 1 1 1 1

74- 1 1 1 1 1 1 1

75- 1 1 1 1 1 1 1

76- 1 1 1 1 1 1 1

77- 1 1 1 1 1 1 1

78- 1 1 1 1 1 1 1

79- 1 1 1 1 1 1 1

80- 1 1 1 1 1 1 1

81- 1 1 1 1 1 1 1

82- 1 1 1 1 1 1 1

83- 1 1 1 1 1 1 1

84- 1 1 1 1 1 1 1

85- 1 1 1 1 1 1 1

86- 1 1 1 1 1 1 1

87- 1 1 1 1 1 1 1

88- 1 1 1 1 1 1 1

89- 1 1 1 1 1 1 1

90- 1 1 1 1 1 1 1

91- 1 1 1 1 1 1 1

92- 1 1 1 1 1 1 1

93- 1 1 1 1 1 1 1

94- 1 1 1 1 1 1 1

95- 1 1 1 1 1 1 1

96- 1 1 1 1 1 1 1

97- 1 1 1 1 1 1 1

98- 1 1 1 1 1 1 1

99- 1 1 1 1 1 1 1

100- 1 1 1 1 1 1 1

101- 1 1 1 1 1 1 1

102- 1 1 1 1 1 1 1

103- 1 1 1 1 1 1 1

104- 1 1 1 1 1 1 1

105- 1 1 1 1 1 1 1

106- 1 1 1 1 1 1 1

107- 1 1 1 1 1 1 1

108- 1 1 1 1 1 1 1

109- 1 1 1 1 1 1 1

110- 1 1 1 1 1 1 1

111- 1 1 1 1 1 1 1

112- 1 1 1 1 1 1 1

113- 1 1 1 1 1 1 1

114- 1 1 1 1 1 1 1

115- 1 1 1 1 1 1 1

116- 1 1 1 1 1 1 1

117- 1 1 1 1 1 1 1

118- 1 1 1 1 1 1 1

119- 1 1 1 1 1 1 1

120- 1 1 1 1 1 1 1

121- 1 1 1 1 1 1 1

122- 1 1 1 1 1 1 1

123- 1 1 1 1 1 1 1

124- 1 1 1 1 1 1 1

125- 1 1 1 1 1 1 1

126- 1 1 1 1 1 1 1

127- 1 1 1 1 1 1 1

128- 1 1 1 1 1 1 1

129- 1 1 1 1 1 1 1

130- 1 1 1 1 1 1 1

131- 1 1 1 1 1 1 1

132- 1 1 1 1 1 1 1

133- 1 1 1 1 1 1 1

134- 1 1 1 1 1 1 1

135- 1 1 1 1 1 1 1

136- 1 1 1 1 1 1 1

137- 1 1 1 1 1 1 1

138- 1 1 1 1 1 1 1

139- 1 1 1 1 1 1 1

140- 1 1 1 1 1 1 1

141- 1 1 1 1 1 1 1

142- 1 1 1 1 1 1 1

143- 1 1 1 1 1 1 1

144- 1 1 1 1 1 1 1

145- 1 1 1 1 1 1 1

146- 1 1 1 1 1 1 1

147- 1 1 1 1 1 1 1

148- 1 1 1 1 1 1 1

149- 1 1 1 1 1 1 1

150- 1 1 1 1 1 1 1

151- 1 1 1 1 1 1 1

152- 1 1 1 1 1 1 1

153- 1 1 1 1 1 1 1

154- 1 1 1 1 1 1 1

155- 1 1 1 1 1 1 1

156- 1 1 1 1 1 1 1

157- 1 1 1 1 1 1 1

158- 1 1 1 1 1 1 1

159- 1 1 1 1 1 1 1

160- 1 1 1 1 1 1 1

161- 1 1 1 1 1 1 1

162- 1 1 1 1 1 1 1

163- 1 1 1 1 1 1 1

164- 1 1 1 1 1 1 1

165- 1 1 1 1 1 1 1

166- 1 1 1 1 1 1 1

167- 1 1 1 1 1 1 1

168- 1 1 1 1 1 1 1

169- 1 1 1 1 1 1 1

170- 1 1 1 1 1 1 1

171- 1 1 1 1 1 1 1

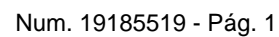
172- 1 1 1 1 1 1 1

173- 1 1 1 1 1 1 1

174- 1 1 1 1 1 1 1

175- 1 1 1 1 1 1 1

176- 1 1 1 1 1 1 1





GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"

LAUDO ORTODONTICO

Atendo a Sra. LUCIANA

avulsa de 11 anos que
se apresenta com

maloclusão de 50/01/18

grau de retenção

o tratamento ortodontico

deve ser realizado

dentado e com o uso

de aparelho fixo

com o uso de

Rua Horácio Nóbrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3421-2235 - Patos - PB.

28 JUN. 2018





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO METROPOLITANO (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



DADOS DO ACIDENTE

| | | |
|---|---|----------------------------------|
| Nº BAT 014/2018 | Responsável pelo Levantamento do Acidente: MARIA LUIZA DE SOUSA GALVÃO | Posto/Graduação: 1º SGT PM |
| HORÁRIOS: Acionamento 09hs35min | Chegada No Local 09hs45min | Horário Do Sinistro 09hs30min |
| Bairro CENTRO | Município PATOS | UF PB |
| Local do Acidente (Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia) AVENIDA SOLON DE LUCENA | | |
| Data Da Ocorrência 30/01/2018 | Dia Da Semana TERÇA-FEIRA | C/S Vítima - QT COM/01 |
| Natureza Do Acidente COLISÃO | Tipo De Pavimento ASFALTICO | Condições Da Via SECA |
| Tempo ROM | Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 (DOIS) | |
| Controle De Tráfego No Local SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (LMS-2, FTP) | | |

BPTRAN / 4º CP TRAN
Cópia Conforme Original
Data: 15/03/2018
M. (S. G. P.) - 2º SGT PM

CONDUTORA 01 (C1)

| | | | | | | |
|---|--------------------------|---------------------|---|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Nome JOSEFA OLIVEIRA DE FARIAS | | | | | | |
| Sexo F | Nascimento 09/07/1961 | RG 702067 SSP/PB | Registro CNH Nº 02045570406 | UF PB | CPF 314.941.614-00 | |
| Endereço RUA FLORIANO PEIXOTO, 112, CENTRO, PATOS-PB | | | | | | |
| 1ª Habilitação 25/09/1982 | Categoria AB | UF PB | Ex. Med./Dia SIM | Data Vencimento 27/06/2022 | Usava Cinto SIM | Usava Capacete --- |
| Exame de Embriaguez Alcoólica NÃO REALIZADO | | | Destina da Condutora PERMANECER NO LOCAL | | | |

VEÍCULO 01 (V1)

| | | | | | |
|---|-----------------------------------|------------------------|-------------------------------|--------------------|------------|
| Marca VW / CROSSFOX GH | Espécie PASSAGEIRO / AUTOMÓVEL | Placa OGA-5955 | Categoria PARTICULAR | Município PATOS | U.F. PB |
| Nome do Proprietário JOSEFA OLIVEIRA DE FARIAS | | | | | |
| Seguradora DPVAT | Bilhete Nº 013221028791 | Renavan 00538650583 | Data de Emissão 19/06/2017 | | |
| Defeitos | | | | | |

VERSÃO DA CONDUTORA 01 (C1)

QUE TRAFEGAVA NA VIA "A" (AVENIDA SOLON DE LUCENA) SENTIDO NORTE / SUL; QUE ANTES DE CHEGAR NA FAIXA DE PEDESTRES DEFRENTE AO BANCO DO NORDESTE PERCEBEU QUE ESTAVA SENDO UTILIZADA POR PEDESTRES; QUE LIGOU AS LUZES DE ALERTA E PAROU ANTES DA FAIXA; QUE FOI SURPREENDIDA COM O VEÍCULO 02 (V2) QUE COLIDIU NA TRASEIRA DO VEÍCULO 01 (V1);

CONDUTOR 02 (C2)

| | | | | | | |
|---|--------------------------|-----------------------|---|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Nome RIVELINO ALVES DE LIMA | | | | | | |
| Sexo M | Nascimento 06/06/1970 | RG 23742826 SSP/SP | Registro CNH Nº 02847620951 | UF PB | CPF 201.964.808-33 | |
| Endereço RUA PADRE ANCHIETA, 1343, MATERNIDADE, PATOS-PB | | | | | | |
| 1ª Habilitação 06/05/2003 | Categoria A | UF PB | Ex. Med./Dia NÃO | Data Vencimento 18/10/2012 | Usava Cinto --- | Usava Capacete SIM |
| Exame de Embriaguez Alcoólica NÃO REALIZADO | | | Destino do Condutor SOCORRIDO PELO SAMU. LIBERADO NO LOCAL | | | |



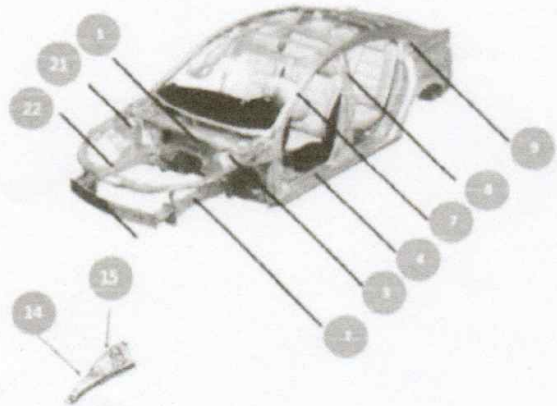
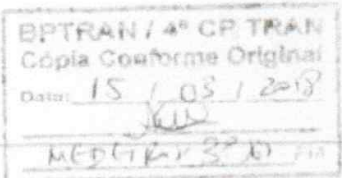

VEÍCULO 02 (V2)

| | | | | | |
|--|------------------------------------|-----------------------|-------------------------------|--------------------|------------|
| Marca L13154 | Espécie PASSAGEIRO / CICLOMOTOR | Placa QFR-5464 | Categoria PARTICULAR | Município PATOS | U.F. PB |
| Nome do Proprietário RIVELINO ALVES DE LIMA | | | | | |
| Seguradora | Bilhete Nº 013176630270 | Renavan 0112634297 | Data de Emissão 15/08/2017 | | |
| Defeitos | | | | | |

DOCUMENTO ORIGINAL

28 JUN. 2018



|  | POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II) BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT |  | | | | | | |
|--|---|---|---|----|---------------------------------------|-----------------------|-----|----|
| CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS – BOAT Nº 014/2018 | | | | | | | | |
| DANOS NO VEÍCULO 01 (V1) | | | | | | | | |
| Marca/Modelo VW / CROSSFOX GII | Placa OGA-5955/PB | Responsável pelo Preenchimento 1º SGT MARIA LUIZA DE SOUSA GALVÃO | | | | | | |
| | | Data 30/01/2018 | | | | | | |
| AUTOMÓVEL, CAMIONETA OU CAMINHONETE | | | | | | | | |
| PEÇAS ESTRUTURAIS / SEGURANÇA PASSIVA AVARIADAS NO ACIDENTE | | | | | | | | |
| Item | Nome da peça | Avaliação | | | | Avaliação | | |
| | | Sim | Não | NA | | Sim | Não | NA |
| 01 | Painel corta-fogo | | X | | Longarina traseira esquerda | | X | |
| 02 | Longarina dianteira esquerda | | X | | Assoalho, portamalas ou caçamba | | X | |
| 03 | Caixa de roda dianteira esquerda | | X | | Longarina traseira direita | | X | |
| 04 | Estrutura da soleira esquerda | | X | | Caixa de roda traseira direita | | X | |
| 05 | Air Bags frontais | | X | | Estrutura da coluna traseira direita | | X | |
| 06 | Air Bags laterais | | X | | Estrutura da soleira direita | | X | |
| 07 | Estrutura da coluna dianteira esquerda | | X | | Estrutura da coluna central direita | | X | |
| 08 | Estrutura da coluna central esquerda | | X | | Estrutura da coluna dianteira direita | | X | |
| 09 | Estrutura da coluna traseira esquerda | | X | | Assoalho central direito | | X | |
| 10 | Caixa de roda traseira esquerda | | X | | Caixa de roda dianteira direita | | X | |
| 11 | Assoalho central esquerdo | | X | | Longarina dianteira direita | | X | |
| Total Geral (Sim + NA) | | | | | | 00 | | |
| Observações: Veículo classificado com dano de PEQUENA MONTA. | | | | | | | | |
| AVALIAÇÃO POR DANO: | | | | | | | | |
| Quantidade de peças estruturais / seg. pass. Danificadas de 0 a 1 | | | | | | DANO DE PEQUENA MONTA | | |
| Quantidade de peças estruturais / seg. pass. Danificadas de 2 a 6 | | | | | | DANO DE MÉDIA MONTA | | |
| Quantidade de peças estruturais / seg. pass. Danificadas maior que 6 | | | | | | DANO DE GRANDE MONTA | | |
|  | | | | | | | | |
|  | | |  Assinatura do Responsável Pelo Levantamento | | | | | |

DOCUMENTO ORIGINAL

28 JUN. 2018





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DE POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA (CPR-I / CPR-II)
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
BOLETIM DE OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO - BOAT



CLASSIFICAÇÃO DE DANOS NOS VEÍCULOS SINISTRADOS - BOAT Nº 014/2018

DANOS NO VEÍCULO 02 (V2)

Marca/Modelo
L13154

Placa
QFR-5464/PB

Responsável pelo Preenchimento
1º SGT MARIA LUIZA DE SOUSA GALVÃO

Data
30/01/2018

MOTOCICLETAS

PEÇAS ESTRUTURAIS AVARIADAS NO ACIDENTE

| Item | Nome da peça | Avaliação | | | Item | Nome da peça | Avaliação | | |
|------|--------------------------------------|-----------|-----|----|------|---------------------------|------------------------|-----|----|
| | | Sim | Não | NA | | | Sim | Não | NA |
| 01 | Garfo dianteiro | | X | | 05 | Chassi | | X | |
| 02 | Mesa superior da suspensão dianteira | | X | | 06 | Garfo traseiro | | X | |
| 03 | Mesa inferior da suspensão dianteira | | X | | 07 | Eixo traseiro (triciclos) | | X | |
| 04 | Coluna de direção | | X | | | | | | |
| | | | | | | | Total Geral (Sim + NA) | | |
| | | | | | | | 00 | | |

Observações: Veículo classificado com dano de PEQUENA MONTA

AVALIAÇÃO POR DANO:

Quantidade de peças estruturais danificadas de 0

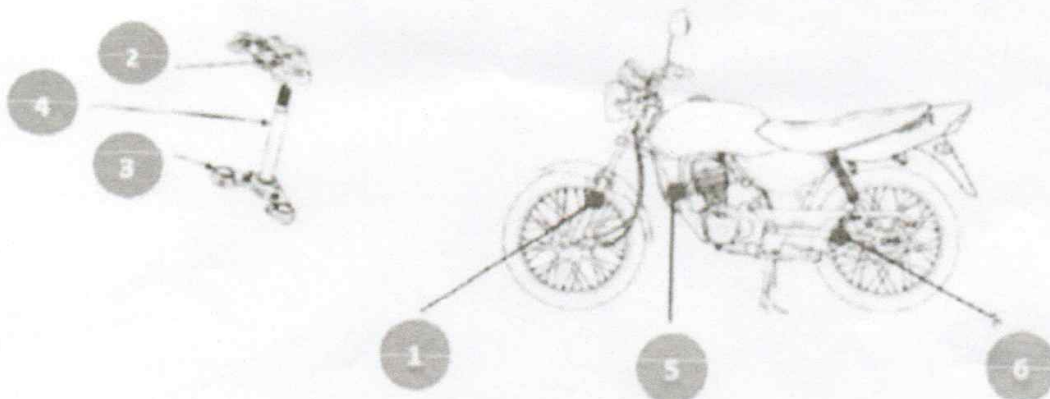
DANO DE PEQUENA MONTA

Quantidade de peças estruturais danificadas de 1 a 4

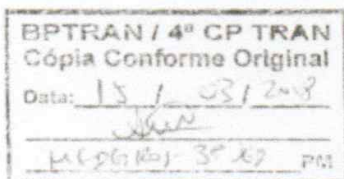
DANO DE MÉDIA MONTA

Quantidade de peças estruturais danificadas maior que 4

DANO DE GRANDE MONTA



Maria Luiza de Sousa Galvão
Assinatura do Responsável Pelo Levantamento

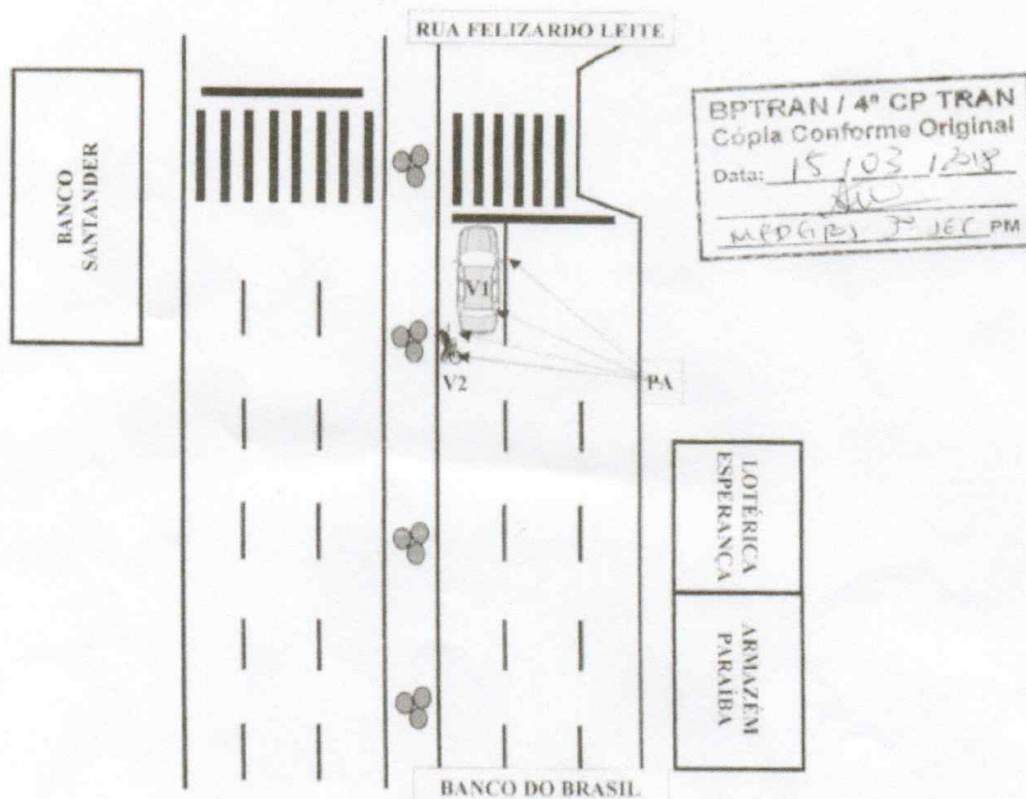


28 JUN. 2018

DOCUMENTO ORIGINAL



| | |
|---|-----------------|
| CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO N° | 014/2018 |
| AMARRAÇÕES | |
| VIA "A" - Avenida Solon de Lucena: 09,70m | |
| PR (Ponto de Referência): Armazém Paraíba/Lotérica Esperança | |
| PA (Ponto de Amarração): Poste da Energisa | |
| V1 (Veículo 01) Roda Dianteira Direita: 09,90 e Roda Traseira Direita: 08,50 metros para (PA) | |
| V2 (Veículo 02) Roda Dianteira: 10,00 e Roda Traseira: 09,70 metros para (PA) | |



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO OBEDECE ESCALA

| | | |
|--------|--------|---|
| V1 | V2 | <p>AVARIAS ESTÃO RELACIONADAS NO RELATÓRIO DE AVARIAS EM ANEXO</p> <p><i>Maria Luiza de Sousa Galvão</i> 1º SGT OPC Mat. 521.527-7- MARIA LUIZA DE SOUSA GALVÃO Responsável p/ Levantamento - Assinatura / Carimbo</p> |
|--------|--------|---|

DOCUMENTO ORIGINAL

28 JUN. 2018



VERSÃO DO CONDUTOR 02 (C2)

QUE TRAFEGAVA NA VIA "A" (AVENIDA SOLON DE LUCENA) SENTIDO NORTE / SUL; QUE ANTES DE CHEGAR NA FAIXA DE PEDESTRES DEFRENTE AO BANCO DO NORDESTE NÃO OBSERVOU QUE O VEÍCULO 01 (V1) LIGOU AS LUZES DE ALERTA E NEM OBSERVOU A DEVIDA DISTÂNCIA DE SEGURANÇA; QUE COLIDIU NA TRASEIRA DO V1, NÃO PODENDO EVITAR O ACIDENTE;

VÍTIMA 01

| | | |
|--|-----------------------------|--------------------------|
| Nome RIVELINO ALVES DE LIMA | Sexo M | Nascimento 06/06/1970 |
| Endereço RUA PADRE ANCHIETA, 1343, MATERNIDADE, PATOS-PB | | |
| Condição da Vítima: () Condutor (X) Passageira () Pedestre | Viajava no Veículo N° 02 | Usava Capacete NAO |
| Conduzida Para: HOSPITAL REGIONAL DE PATOS | | |

CONSTATADO

FEITO O AUTO DE INFRAÇÃO DO ARTIGO 162 V NO CONDUTOR 02 (C2);

VEÍCULOS ENVOLVIDOS EM SITUAÇÃO REGULAR;

CONDUTORES ENVOLVIDOS SEM SINAIS DE ALTERAÇÃO PSICOMOTORA, CONFORME RESOLUÇÃO 432/2013

NÃO HOUVE TESTEMUNHAS DO ACIDENTE;

A VIA "A" (AVENIDA SOLON DE LUCENA) É DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, DE BOA LARGURA, COM SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DO TIPO LINHA SECCIONADA E COM FAIXADE PEDESTRES NO LOCAL DO ACIDENTE, DE SENTIDO DUPLO DE CIRCULAÇÃO DIVIDIDA POR CANTEIROS CENTRAIS, COM ACOSTAMENTO, DE NÍVEL ALINHADO PARA OS VEÍCULOS ENVOLVIDOS E DE BOA CONSERVAÇÃO;

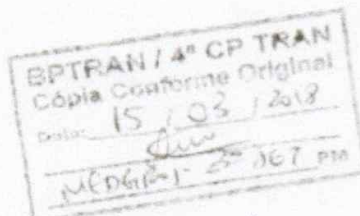
NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR A JUNTADA DE IMAGENS POR CONTA DE PROBLEMAS TÉCNICOS;

RELATÓRIO DE AVARIAS CONFORME RESOLUÇÃO 544/2015 EM ANEXO;

PATOS-PB, 30/01/2018

Maria Luiza de Sousa Galvão

1º SGT QPC Mat. 521.527-7- MARIA LUIZA DE SOUSA GALVÃO
Responsável p/ Levantamento - Assinatura / Carimbo



28 JUN. 2018

DOCUMENTO ORIGINAL



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº **013176630270**
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD. RENAVAM PBT 20170400019398-2 EXERCÍCIO
1 0112634429-7 00/00000000 2017

NOME
RIVELINO ALVES DE LIMA

20196480833 PLACA QFR5464/PB

PLACA ANT./UF NOVO PB LHJXCBLA3EB402547

ESPECIE TIPO COMBUSTÍVEL
PAS/CICLOMOTO/NAO APLIC GASOLINA

CICLOMOTOR/L13154 ANO FAB. 2014 ANO MOD. 2014

CAP./POT./CIL. 2 P/3 /CV CATEGORIA PARTIC COR PREDOMINANTE VERMELHA

COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA 1º
IPVA PAGO EM 00/00/0000 2º
FAIXA I/P/A PARCELAMENTO/COTAS 3º
***** 0

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO PAGO 14/08/2017

OBSERVAÇÕES
SEM RESERVA DE DOMÍNIO

0

PATOS-PB LOCAL DATA
36838 15/08/2017 36838

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013176630270 BILHETE DE SEGURO DPVAT
RIVELINO ALVES DE LIMA

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

20196480833 QFR5464/PB
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

2017 15/08/2017

RIVELINO ALVES DE LIMA PLACA

RENAVAM MARCA / MODELO

ANO FAB. 2014 Nº CHASSI QFR5464/PB

01126344297 CICLOMOTOR/L13154

PREMIO TARIFARIO
2014 8 LHJXCBLA3EB402547

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)
***** SEGURO PAGO

COTA ÚNICA PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITAÇÃO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT
CNPJ 09.248.608/0001-04
36838-0722349-20170815

02-2016

03 AGO. 2018



SINISTRO 3180298666 - Resultado de consulta por beneficiário

AGUE SEGURO



Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

COMPANHE O PROCESSO



clique aqui para saber sobre o
ndamento do seu pedido de
denização.

VÍTIMA RIVELINO ALVES DE LIMA
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO MARCOS
AURELIO VIDAL CORRETAGEM DE SEGUROS EIRELI - ME
BENEFICIÁRIO RIVELINO ALVES DE LIMA
CPF/CNPJ: 20196480833

Posição em 10-02-2019 18:56:32

Seu pedido de indenização foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

| Histórico das correspondências enviadas | | |
|---|---|-----------|
| Data da Carta | Referência | Ver Carta |
| 06/02/2019 | Negativa por ausência de comprovação documental | ⬇ |
| 10/08/2018 | Exigência Documental | ⬇ |
| 13/07/2018 | Exigência Documental | ⬇ |
| 06/07/2018 | Aviso de Sinistro | ⬇ |





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0800644-75.2019.8.15.0251

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Ao analisar a inicial e os documentos constantes dos autos, verifico que a parte Autora não informa sua renda mensal. A fim de verificar a situação de hipossuficiência econômica alegada pela parte Autora, conforme faculta o art. 99, §2º do CPC/2015, e observado o disposto na Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ, determino a juntada: **1) das declarações de Imposto de Renda prestadas a Receita Federal nos últimos 3 (três) anos** (caso seja empresário – em qualquer nível – juntar IRPJ ou similar). Não possuindo, traga aos autos declaração ou comprovação de que não declara o imposto de renda (IRPF e/ou IRPJ); **2) o último comprovante de seus rendimentos de trabalho e/ou aposentadoria** (contracheque); **3) CTPS** (inclusive a parte do contrato de trabalho); **4) Extrato dos últimos 3 meses da conta corrente onde aufera seus rendimentos, 5) Guia das custas** (art. 1º, §3º da Portaria Conjunta nº 02/2018 TJPB/CGJ). Pode a parte requerente informar e comprovar seus eventuais gastos, caso existam. Prazo: 15 dias.

2. No mesmo prazo, deverá justificar quem é a pessoa que consta o nome no comprovante de residência, já que estranha a demanda, ou juntar comprovante em nome do autor, nos termos do art. 320, CPC, já que se trata de documento essencial a demanda, sob as penas do art. 321, §único, CPC.

3. Caso qualquer dos documentos acima não possa ser apresentado, deve a parte requerente informar e comprovar, de modo fundamentado, a impossibilidade de sua apresentação, sob pena de indeferimento do pedido. Caso não possua qualquer comprovante de rendimento formal, deve declarar, sob as penas legais, sua renda.

4. Caso a parte não se manifeste acerca da providência determinada no item 1, intime-se novamente, desta vez para regularizar o prosseguimento do feito, em 15 (quinze dias) dias, providenciando o recolhimento das custas processuais, sob pena de extinção e cancelamento da distribuição.



Diligências necessárias.

Patos, data eletrônica.

Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito



Fica o Advogado da parte autora intimado para os termos do Despacho inaugural.

Patos, 19 de julho de 2019.

Chrystina Medeiros Cavalcanti

Técnica Judiciária

(assinatura eletrônica)



CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo quanto a intimação ID n. 22835673, sem manifestação. Desta feita, procedo com a continuidade ao cumprimento do Despacho inaugural.

Fica o Advogado do Autor intimado para cumprimento do item 4 – Despacho ID n.21793597.

Patos, 23 de agosto de 2019.

Chrystina Medeiros Cavalcanti

Técnica Judiciária

(assinatura eletrônica)



CERTIDÃO

Certifico que decorreu o prazo quanto a intimação ID n. 22835673, sem manifestação. Desta feita, procedo com a continuidade ao cumprimento do Despacho inaugural.

Fica o Advogado do Autor intimado para cumprimento do item 4 – Despacho ID n. 21793597.

Patos, 23 de agosto de 2019.

Chrystina Medeiros Cavalcanti

Técnica Judiciária

(assinatura eletrônica)



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA DA COMARCA DE PATOS, ESTADO DA PARAÍBA.

RIVELINO ALVES DE LIMA, já devidamente qualificado nos autos, vem através de sua advogada, à presença de Vossa Excelência informar, juntar e requer o que se segue

Excelência, o autor vem responder o despacho de ID 21793597, e informar que junta neste ato, cópia de sua CTPS, bem como contas de água, energia, contrato de aluguel, recibo de medicamentos e recibo de empréstimo, para comprovar a sua situação financeira, em virtude de não ter condições de pagar as custas do processo, sem comprometer o seu próprio sustento e o da sua família, uma vez que não trabalha, é inválido e sobrevive apenas com sua aposentadoria por invalidez.

Desta forma, pugna pela justiça gratuita, pois não tem condições de pagar as custas judiciais, comprovando sua situação financeira.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Patos-PB, 20 de Setembro de 2019.

Daniele Galdino Gonçalves

Advogada

OAB/PB 20.816





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

23991460

REFERÊNCIA

SET/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

SEVERINO ALVES SIQUEIRA
RUA BERNARDINO F DOS SANTOS, 1357 - JD GUANABARA
PATOS PB 58701- 414

| Inscrição | | SMI | Quantidade de Economias | | | | Responsável | |
|---|--------------------|-----------------|------------------------------|-----------|-------------------|---------|-------------|--|
| | | | Residencial | Comercial | Industrial | Público | | |
| 075.004.155.0479.000 | | 000 | 1 | 0 | 0 | 0 | | |
| Hidrômetro | Data de Instalação | Localização | Situação Água | | Situação Esgoto | | | |
| Y16N128687 | 05/10/2016 | EXT LACR LIGADO | POTENCIAL | | | | | |
| ANTERIOR ATUAL CONSUMO (M3) NUM DE DIAS PROXIMA LEITURA | | | | | | | | |
| 216 | | 219 | 3 | 30 | 04/10/2019 | | | |
| HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS. | | | | | | | | |
| AGO/2019 | | 4 | PARAMETROS EXIG. | | ANALIS. CONFORMES | | | |
| JUL/2019 | | 5 | TURBIDEZ | | 0 | 0 | 0 | |
| JUN/2019 | | 4 | CLORO | | 0 | 0 | 0 | |
| MAI/2019 | | 6 | COL. TERMOT | | 0 | 0 | 0 | |
| ABR/2019 | | 5 | COR | | 0 | 0 | 0 | |
| MAR/2019 | | 6 | COL. TOTAIS | | 0 | 0 | 0 | |
| MEDIA(M) | | 5 | DADOS REFERENTES A: JUL/2019 | | | | | |

DATA DA IMPRESSÃO: 05/09/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 10:29:41

DESCRICAÇÃO

CONSUMO

TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

3 M3

37,91

ESGOTO

ACRESCIMOS HES(ES) ANT. 05/2019 06/2019

1,52

JUROS DE MORA 05/2019 06/2019

0,93

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 3,51 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO:

18/09/2019

Total a Pagar:

R\$ 40,36



MARINA PEREIRA DE OLIVEIRA
RUA PEANCHA, 1357 - MATERNIDADE
PATOS / PB CEP: 58701030 (AG: 118)

Ligação: MONOFÁSICO
Clt/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA BPC
Roteiro: 8 - 118 - 535 - 8880 Referência: Set / 2019
Medidor: 00308925314 Emissão: 11/09/2019



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 30.850.389
Cód. para Dct. Automático: 90001290709

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

| Conta referente a | Apresentação | Data prevista da próxima leitura | CPF/ CNPJ/ RANI |
|-------------------|--------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Set / 2019 | 11/09/2019 | 11/10/2019 | 715.023.944-72 Insc. Est.: |

UC (Unidade Consumidora): 5/129070-9

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em saude.gov.br/vacinabrasil

| Anterior | | Atual | | Constante | Consumo | Dias |
|----------|---------|----------|---------|-----------|---------|------|
| Data | Leitura | Data | Leitura | | | |
| 12/08/19 | 2350 | 11/09/19 | 2431 | 1 | 81 | 30 |

| Demonstrativo | | Quantidade | Valor Base Calc. | Alc. | ICMS (R\$) | Base Calc. | Pis (R\$) | Cofins (R\$) |
|---------------|---------------------------|------------|------------------|--------|-----------------|------------|------------------|---------------------|
| CCI | Descrição | | | | | | | |
| | | | | | TriboTrib (R\$) | ICMS (R\$) | Pis/Cofins (R\$) | (0,9912%) (4,5657%) |
| 0601 | Consumo até 30 kWh-BR | 30,000 | 0,198180 | 5,94 | 0,00 | 0,00 | 5,94 | 0,05 |
| 0601 | Consumo - 31 a 100 kWh-BR | 51,000 | 0,335750 | 17,32 | 0,00 | 0,00 | 17,32 | 0,17 |
| 0601 | Adic. B. Vermelha | | | 1,73 | 0,00 | 0,00 | 1,73 | 0,02 |
| 0610 | Subsídio | | | 24,30 | 0,00 | 0,00 | 24,30 | 0,24 |
| | LANÇAMENTOS E SERVIÇOS | | | | | | | |
| 0606 | Devolução Subsídio | | | -22,95 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

CCI: Código de Classificação do item TOTAL: 26,34 0,00 0,00 46,29 0,48 2,25
Tarifa s/ Tributos: Até 30 kWh 0,187180 Até 100 kWh 0,320880

| Média últimos meses (kWh) | VENCIMENTO | TOTAL A PAGAR |
|---------------------------|------------|---------------|
| 88 | 18/09/2019 | R\$ 26,34 |

Histórico de Consumo (kWh)

| | | | | | | | | | | | |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 72 | 77 | 88 | 89 | 97 | 98 | 101 | 95 | 93 | 93 | 94 | 90 |
| Set/18 | Out/18 | Nov/18 | Dez/18 | Jan/19 | Fev/19 | Mai/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 |

RESERVADO AO FISCO

1934.6613.ebe2.4b3c.8c2a.efc6.4887.16a4.

Indicadores de Qualidade

7/2019 - João Pessoa

| | Limites da ANEEL | Apurado | Limite de Tensão (V) |
|----------------|------------------|---------|----------------------|
| DIC MENSAL | 5,79 | 0,00 | NOMINAL 220 |
| DIC TRIMESTRAL | 11,58 | | |
| DIC ANUAL | 23,16 | | |
| FIC MENSAL | 3,30 | 0,00 | CONTRATADA 202 |
| FIC TRIMESTRAL | 6,60 | | LIMITE INFERIOR 221 |
| FIC ANUAL | 13,20 | | |
| DMIC | 9,37 | | |
| DICRI | 12,22 | | |

Composição do Consumo

| Discriminação | Valor (R\$) | % |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Serviços de Dist. de Energia/PB | 8,64 | 32,80 |
| Compra de Energia | 12,39 | 47,04 |
| Serviço de Transmissão | 1,26 | 4,86 |
| Encargos Setoriais | 1,30 | 4,94 |
| Impostos Diretos e Encargos | 2,73 | 10,36 |
| Outros Serviços | 0,00 | 0,00 |
| Total | 26,34 | 100,00 |

Valor do EIS: R\$ 26,34

ATENÇÃO



Assinado eletronicamente por: DANIELE GALDINO GONCALVES - 20/09/2019 00:12:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092000121897700000023799084>

Número do documento: 19092000121897700000023799084

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL

LOCADOR: HENRIK VINICIUS SIQUEIRA COSTA-ME, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de microempresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26237368000161, com sede administrativa principal na RUA DO PRADO Nº 203 CENTRO, PATOS-PB e telefone para contato: Celular: .

LOCATÁRIO(A): RIVELINO ALVES DE LIMA, , SOLTEIRO(A), portador(a) do RG nº 4378549 Órgão Emissor: ssds-pb e CPF/MF nº 201.964.808-33, residente e domiciliado(a) na R: BERANADINO F. DOS SANTOS Nº 1357 MATERNIDADE, PATOS-PB e telefone para contato: Celular: .

I – DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O objeto deste contrato de locação é o imóvel de propriedade do LOCATÁRIO, situado à R: BERANADINO F. DOS SANTOS Nº 1357 MATERNIDADE, PATOS-PBCEP:

II – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA: O prazo da locação, iniciando-se em 16 de Setembro de 2019 com término em 16 de Setembro de 2020, independentemente e aviso, notificação ou interpelação judicial ou mesmo extrajudicial.

III – DOS VALORES E ENCARGOS

CLÁUSULA TERCEIRA: O aluguel mensal, deverá ser pago até o dia 3 do mês subsequente ao vencido, no local indicado pelo LOCADOR, é de R\$ 300,00 trezentos reais mensais, reajustados anualmente, de conformidade com a variação do IGP-M apurada no ano anterior, e na sua falta, por outro índice criado pelo Governo Federal e, ainda, em sua substituição, pela Fundação Getúlio Vargas, reajustamento este sempre incidente e calculado sobre o último aluguel pago no último mês do ano anterior.

§1º: Caso ocorra o atraso no pagamento do aluguel e o mesmo seja enviado para cobrança em escritório de advocacia o LOCATÁRIO ficará sujeito ao pagamento dos honorários do profissional na base de 20% do valor do débito atualizado, independentemente das multas e cominações legais;

§2º: O vencimento do aluguel não pago conferirá o direito do LOCADOR em ingressar com Ação de Despejo para desocupação do imóvel.

CLÁUSULA QUARTA: O LOCATÁRIO será responsável por todas as despesas provenientes da utilização do respectivo imóvel, isto é, o consumo de energia,, água e gás, bem como taxas de saneamento e iluminação públicas que serão pagas diretamente às empresas concessionárias dos referidos serviços.

§ 1º Quando da desocupação e entrega do imóvel, o LOCATÁRIO deverá apresentar os comprovantes de que estão completamente quitadas todas as contas de energia elétrica, água e demais encargos que vierem a ser criadas pela prefeitura que sejam de responsabilidade legal ou contratual do LOCATÁRIO;

Parágrafo único: caberá ao LOCATÁRIO as penalidades decorrentes dos atrasos nos pagamentos, luz, água e taxas.

IV – DA CONSERVAÇÃO, EDIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO IMÓVEL

CLÁUSULA QUINTA Fica ao LOCATÁRIO, a responsabilidade em zelar pela conservação, limpeza do imóvel, efetuando as reformas necessárias para sua manutenção sendo que os gastos e pagamentos decorrentes da mesma, correrão por conta do mesmo.

CLÁSULA SEXTA: O LOCATÁRIO está obrigado a devolver o imóvel em perfeitas condições de limpeza, conservação e pintura, ou efetuar o pagamento ao LOCADOR dos valores correspondentes para realização das mesmas, isto quando finda ou rescindida esta avença.

CLÁSULA SÉTIMA: O LOCATÁRIO não poderá realizar obras que alterem ou modifiquem a estrutura do imóvel locado, sem prévia autorização por escrito do LOCADOR. Caso este consinta na realização das obras, estas ficarão desde logo, incorporadas ao imóvel, sem que assista ao LOCATÁRIO qualquer indenização pelas obras ou retenção por benfeitorias. As benfeitorias removíveis poderão ser retiradas, desde que não



desfigurem o imóvel locado.

CLÁUSULA OITAVA: O LOCATÁRIO declara receber o imóvel em perfeito estado de conservação e perfeito funcionamento devendo observar o que consta no termo de vistoria.

Parágrafo único: Faz parte integrante deste contrato termo de vistoria do imóvel locado com as condições gerais do imóvel locado;

CLÁUSULA NONA: O LOCATÁRIO declara, que o imóvel ora locado, destina-se única e exclusivamente para o seu uso residencial e de sua família, sendo-lhe vedada outra destinação

CLÁUSULA DÉCIMA: O LOCATÁRIO não poderá sublocar, transferir ou ceder o imóvel, sendo nulo de pleno direito qualquer ato praticado com este fim sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em caso de sinistro parcial ou total do prédio, que impossibilite a habitação o imóvel locado, o presente contrato estará rescindido, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial; no caso de incêndio parcial, obrigando a obras de reconstrução, o presente contrato terá suspensa a sua vigência e reduzida a renda do imóvel durante o período da reconstrução à metade do que na época for o aluguel, e sendo após a reconstrução devolvido o LOCATÁRIO pelo prazo restante do contrato, que ficará prorrogado pelo mesmo tempo de duração das obras de reconstrução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Em caso de desapropriação total ou parcial do imóvel locado, ficará rescindido de pleno direito o presente contrato de locação, independente de quaisquer indenizações de ambas as partes ou contratantes.

V – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: No caso de alienação do imóvel, obriga-se o LOCADOR, dar preferência ao LOCATÁRIO, e se o mesmo não utilizar-se dessa prerrogativa, o LOCADOR deverá constar da respectiva escritura pública, a existência do presente contrato, para que o adquirente o respeite nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É facultado ao LOCADOR vistoriar, por si ou seus procuradores, sempre que achar conveniente, para a certeza do cumprimento das obrigações assumidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A infração de qualquer das cláusulas do presente contrato, sujeita o infrator à multa no valor de um salário mínimo vigente a época da infração;

§1º: Incorre nos termos da Cláusula Décima Quinta, aquele que sem qualquer justa causa ou justo motivo rescindir o contrato antes do prazo estabelecido de seu término;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O contrato é regido pela lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato) e o Código Civil Brasileiro de 2002, no que couber, devendo os problemas que surgirem serem resolvidos baseados nos dois diplomas legais;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: O LOCADOR não se responsabiliza por eventuais danos sofridos pelo LOCATÁRIO em caso de acidentes ocasionados por caso fortuito ou de força maior

VII – DO FORO DE ELEIÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: As partes contratantes obrigam-se por si, herdeiros e/ou sucessores, elegendo o Foro da Cidade Patos – Paraíba, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas do presente contrato ou ainda para a propositura de qualquer ação envolvendo este.

E, por assim estarem justos e contratados, mandaram extrair o presente instrumento em três (02) vias, para um só efeito, assinando-as, juntamente com as testemunhas, a tudo presente.

Patos, PB - 16/09/2019

RIVELINO ALVES DE LIMA

Rivelino Alves de Lima

SAS

TESTEMUNHAS





PARA USO DO INSS

PRESTAÇÕES

REGISTRO DAS PRESTAÇÕES

| | | | |
|---|----------|----------------|------------|
| Auxílio Doença | | 210623 | |
| Cl | 21738004 | EP | 1036712904 |
| DI | 25/05/96 | PR | 11/7/96 |
| RM | | T. S. | COLT |
| Soma dos Salários | | Cessação (DCB) | |
| Se o segurado voltar ao trabalho antes do prazo fixado pelo Instituto, este fato deverá ser comunicado imediatamente ao INSS para as devidas anotações. | | | |

[Handwritten signature]





MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 025043

Série 00204-SP

Assinatura de Lima
ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome *Rivelino Alves de Lima*

Loc. Nasc. *Patos* Est. *PE* Data. *06/06/70*

Filiação *João Inácio de Lima e Genilda*

Doc. n.º *RG: 23.742.926-X SSP/SE noturno*

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em. / / Doc. Ident. n.º

Exp. em. / / Estado

Obs.

Data Emissão *03.05.95*

DRT *S. S. Campos*

Celia Maria Soares

Assistente Administrativo

SECRETARIA MUNICIPAL DE S. JOSÉ DOS CAMPOS

| | | | | | |
|--|-----------------|---------------|------------------|---|--|
| SICOOB | | 756-0 | | 75691.11110 01011.111117 111111.110018 1 80310000030000 | |
| Local de pagamento Pagável apenas na imobiliária | | | | | |
| Cedente | | | | | |
| SAS | | | | | |
| Data Documento | Nº do Documento | Espécie Doc. | Acerto | Vencimento | |
| 16/09/2019 | 3198 | DM | N | 03/10/2019 | |
| Uso do Banco | Carteira | Espécie Moeda | Quantidade Moeda | Agência / Código do Cedente | |
| 1 | REAL | | | 11111 / 111111-1 | |
| Referente a: | | | | Nosso Número | |
| | | | | 111111111-1 | |
| Tudo de responsabilidade do cedente | | | | Valor Documento | |
| Senhor caixa não receber esse boleto | | | | R\$ 300,00 | |
| Após vencimento cobrar: Multa por atraso de 2,00% e Mora diária de 0,33% ao dia | | | | (-) Descontos / Abatimentos | |
| Proprietário (a): AUZENIR DE BRITO SIQUEIRA | | | | R\$ 0,05 | |
| Telefone: 83 99975-4505 HENRIK SIQUEIRA | | | | (-) Outras deduções | |
| Após 60 dias sera negativado SPC-SERASA | | | | R\$ 0,00 | |
| | | | | (+/-) Mora / Multa | |
| | | | | R\$ 0,00 | |
| | | | | (+/-) Outros acréscimos | |
| | | | | R\$ 0,00 | |
| | | | | (-) Valor Cobrado | |
| | | | | | |
| Sacado RIVELINO ALVES DE LIMA R. BERANADINO F. DOS SANTOS Nº 1357 MATERNIDADE PATOS-PB Avaliada | | | | | |



Folia de Compensação Autenticação Mecânica



ORÇAMENTO

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTDE | VLR UN | VLR TOTAL |
|------|--------------------------|--------|--------|-----------|
| 01 | BACLOFENO 10MG CX 20 | 03 CXS | 9,00 | 27,00 |
| 02 | GUTTALAX GTS 30ML | 02 FRS | 16,00 | 32,00 |
| 03 | OLEO DE GIRASOL FR 200ML | 02 FRS | 13,00 | 26,00 |
| 04 | MELOXICAN 15MG CX 10 | 03 CXS | 10,00 | 30,00 |

TOTAL: R\$ 115,00

ORÇAMENTO COM VALIDADE DE 30 DIAS

*ESTOQUE SUJEITO À DISPONIBILIDADE;

PACIENTE:

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: BANCO DO BRASIL AG: 0151-1 C.C.: 1403-6

FARMACIA DROGACENTER LTDA.

PATOS- PB, 18 DE SETEMBRO DE 2019

FARMÁCIA DROGACENTER LTDA

José Érico Brasileiro Monteiro
GERENTE

RUA BOSSUET WANDERLEY, 127 - CENTRO - TEL.: (83) 3421-3219 - CEP 58.700-410 - PATOS-PB





PODER JUDICIÁRIO

ESTADO DA PARAÍBA

COMARCA DE PATOS – 7ª VARA MISTA

Processo nº 0800644-75.2019.8.15.0251

AUTOR: RIVELINO ALVES DE LIMA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

2. Tendo em vista que demandas desta natureza normalmente exigem a produção de prova pericial para que as partes encontrem estímulos para se conciliar, à luz do princípio da duração razoável do processo e da eficiência, art. 5º, XXXVI, da CF e art. 8º cc. 139, II, ambos do CPC, deixo de designar a incontinenti audiência de conciliação do art. 334 do CPC, que poderá ser aprazada em outro momento, na forma do art. 139, V, deste Diploma.

3. **Cite-se** a parte requerida pelo sistema PJe (caso não seja possível, por carta com AR), para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena, não o fazendo, ser considerada revel (art. 344 do CPC).

4. Apresentada contestação, a parte autora deve ser **intimada** para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os arts. 350 e 351 do NCPC, podendo, inclusive, corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do NCPC.

5. Após, intime-se as partes em provas.

Cumpra-se. Intimações e Diligências necessárias.

Patos, 26 de outubro de 2020.



Bruno Medrado dos Santos

Juiz de Direito



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

7ª VARA DA COMARCA DE PATOS/PB

Fórum Miguel Sátiro – Av. Pedro Firmino, s/n.º, Centro

CEP: 58.700-070 Tel.: (083)3423-2540 (RAMAL 227)**

Ao

Senhor Representante Legal Seguradora Líder dos Consórcios S/A

(ENCAMINHADO VIA SISTEMA PJE – PARTE CADASTRADA)

CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

Senhor:

De ordem do M Juiz de Direito desta Comarca **CITO/INTIMO** Vossa Senhoria para tomar conhecimento da ação acima descrita e de todo o teor do despacho judicial id, devendo, **ademais contestar o pedido no prazo de 15 (quinze) dias**, nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de não o fazendo ser considerado revel (art. 344 do CPC).

Patos, 27 de outubro de 2020.

Chrystina Medeiros Cavalcanti

Técnica Judiciária

(assinatura eletrônica)

